

O CÍRCULO DE CULTURA COMO ESTRATÉGIA POLÍTICO-PEDAGÓGICA À CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO DA UFF

"CÍRCULO DE CULTURA" AS A POLITICAL-PEDAGOGICAL STRATEGY FOR THE
CURRICULARIZATION OF EXTENSION IN AN UNDERGRADUATE COURSE AT UFF

Matheus Oliveira de Paula¹

RESUMO

A extensão é investida de reconhecimento institucional nos últimos anos, curricularizar, torná-la componente curricular obrigatório, é uma afirmação da sua importância. Mais do que panaceia na relação com a sociedade, precisamos retomar uma reflexão sobre o sentido da extensão no seu potencial dialógico e emancipador. Este texto, no formato de relato de experiência, tem como objetivo apresentar e analisar a experiência do Círculo de Cultura (componente curricular oriundo da curricularização da extensão em um curso de graduação da UFF). Inicialmente, localizamos o nosso entendimento sobre extensão, contextualizando o debate no âmbito do curso de graduação; em seguida, descrevemos o Círculo de Cultura; após, apresentamos e analisamos alguns elementos desta experiência; ao final, argumentamos a favor do potencial emancipador da extensão. A experiência do Círculo de Cultura demonstrou a importância de retomar os princípios da educação popular para as práticas extensionistas. A prática dialógica possibilitou um mútuo (re)conhecimento e desvelamento do mundo entre participantes e mediadores. Assim, o relato pretende situar e afirmar a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como fundamento da universidade pública, vinculado à necessidade de retomar a dimensão crítica da extensão nos seus aspectos político-pedagógicos.

Palavras-chave: Extensão; Círculo de cultura; Educação popular; Universidade pública; Serviço Social.

ABSTRACT

Extension has been given institutional recognition in recent years. Making it a mandatory curricular component is an affirmation of its importance. More than a panacea in the relationship with society, we need to resume a reflection on the meaning of extension in its dialogic and emancipatory potential. This text, in the format of an experience report, aims to present and analyze the experience of the

¹ Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) - Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Doutorando em Informação e Comunicação em Saúde (ICICT/FIOCRUZ).

"Círculo de Cultura" (a curricular component of extension in an undergraduate course at UFF). Initially, we locate our understanding of extension, contextualizing the debate within the scope of the undergraduate course; then, we describe the "Círculo de Cultura"; after that, we present and analyze some elements of this experience; finally, we argue in favor of the emancipatory potential of extension. The experience of the "Círculo de Cultura" signaled the importance of resuming the principles of popular education for extension practices. Furthermore, the dialogic practice enabled a mutual recognition and unveiling of the "world" between participants and mediators. Thus, the report seeks to situate and affirm the importance of the inseparability between teaching, research, and extension as the foundation of the public university, demonstrating the need to resume the critical dimension of extension in its political-pedagogical aspects.

Keywords: University extension programs; culture circle; critical popular education; public university; Social Work.

INTRODUÇÃO

Paulo Freire, em 1968, escreveu *Extensão ou Comunicação?*. Na obra, o autor desenvolveu uma crítica às práticas extensionistas desenvolvidas no trabalho do agrônomo como educador que tinha como contexto um projeto desenvolvimentista e "modernizador". Analisar semanticamente a palavra "extensão" buscando compreender os sentidos e a constituição das práticas. A crítica é aliada a uma proposta de reconversão nos modos de praticar a extensão (que ele argumenta o emprego da palavra comunicação) que passa a um sentido dialógico humanizador. Essa obra foi produzida no Chile, momento de exílio de Freire, já que o país estava sob uma ditadura civil-militar-empresarial. Paulo Freire, hoje, é reconhecido como patrono da educação brasileira e a sua obra nos deixou um legado inestimável no campo das ciências humanas.

As experiências construídas por Freire exigem retomada histórica, tanto na apropriação teórico-crítica, quanto em estratégias político-pedagógicas, no âmbito educacional brasileiro. Os textos são atuais e continuarão a ser enquanto a educação não vier a ser prá-

tica da liberdade (Freire, 2019). Por isso, nossa prática extensionista na universidade e a reflexão realizada neste texto é referenciada na pedagogia freiriana.

Tomamos como dado, muitas vezes sem reflexão, o significado do tripé que constitui a universidade pública: ensino, pesquisa e extensão. Historicamente, a extensão se constituiu enquanto uma atividade secundária e apenas recentemente ocorreu um movimento de valorização. O conceito de extensão universitária, segundo o Fórum de Pró-Reitores das Instituições de Educação Superior Brasileira (FORPROEX), "A Extensão Universitária (...) é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (...)" (FORPROEX, 2012, p.28).

Os sentidos da extensão universitária continuam sendo disputados e se expressam em diferentes concepções de universidade e de mundo. As atividades desenvolvidas podem se orientar às práticas assistencialistas, ou,

em contraste, produzir tensão ao estabelecido e fortalecer espaços populares com conhecimento crítico. Logo, a tensão descrita é inserida na própria dinâmica da realidade, na luta de classes, no limiar entre manutenção e mudança.

A curricularização da extensão é uma requisição institucional, respondendo às demandas do Ministério da Educação e dos Planos Nacionais de Educação, que busca regularizar as atividades de extensão pois reconhece a sua importância no contexto do ensino superior. Nesse sentido, a extensão é vista como um componente formativo fundamental não somente na formação a nível de graduação, mas também em uma visão ampla de formação humana. Neste texto, buscamos apresentar uma experiência de curricularização da extensão praticada em um curso de graduação (Serviço Social) da Universidade Federal Fluminense (UFF). O nosso enfoque principal é descrever e analisar as práticas desenvolvidas no “Círculo de Cultura” (atividade extensionista, introdutória e formativa).

O texto é um relato de experiência e iniciamos com uma reflexão teórica mais ampla sobre o contexto sócio-histórico das práticas extensionistas. Seguimos, apresentando e descrevendo a atividade desenvolvida e finalizamos argumentando sobre a retomada e a defesa de um sentido crítico e popular para a extensão. Com este relato, procuramos visibilizar uma estratégia de curricularização da extensão que foi constituída dialogicamente e criticamente.

2. SERVIÇO SOCIAL E INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO: CONTORNOS E CONTEXTOS

O curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense comemorou 80 anos em 2025. A sua trajetória reflete o amadu-

recimento profissional vinculado aos movimentos sociopolíticos. Os princípios profissionais, presentes no Código de Ética e no projeto profissional, são reafirmados pelo corpo docente e discente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF) e se caracterizam pelo compromisso com a diminuição das desigualdades e a luta contra as diferentes formas de opressão/exploração (Brasil, 2012). No cotidiano, os assistentes sociais reafirmam seu compromisso e se colocam ao lado da classe trabalhadora nos enfrentamentos.

O Novo Currículo da ESS/UFF, de 2022, vai ao encontro das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e incorpora os acúmulos dos novos debates e mudanças do tempo histórico presente. Por isso, o documento compreende o currículo não somente como um compilado de disciplinas, mas como um recurso/estratégia de afirmação do projeto político e profissional do Serviço Social brasileiro (ESS/UFF, 2022).

A necessidade de subsídios para a inserção de estudantes em espaços de extensão no Serviço Social, que coadunem com a orientação político pedagógica do novo currículo, exigiu a construção de uma nova Política de Extensão para a ESS/UFF. Esse documento representou o acúmulo dos debates, tanto geral, no âmbito da categoria e suas entidades, quanto no âmbito local, das discussões realizadas na ESS/UFF. Expressou, portanto, a compreensão da relação entre universidade, sociedade e extensão. A curricularização da extensão reforça o compromisso do tripé da universidade pública (ensino, pesquisa e extensão) e fortalece o diálogo com a sociedade.

No atual cenário político-econômico, o reforço a políticas de austeridade fiscal às po-

líticas sociais, com ênfase em educação e saúde, contrasta com as necessidades de qualificar o ensino superior público através da extensão. Ainda que a Emenda Constitucional nº 95/2016, mecanismo de acentuação do ajuste fiscal que congelou investimentos públicos por 20 anos, tenha sido revogada em 2023, a austeridade fiscal, no plano político-econômico, permaneceu com a aprovação do Novo Arcabouço Fiscal (Moraes, *et al.*, 2024). No caso da educação, Leher & Sardinha (2024) argumentam que o piso constitucional de 10% do produto interno bruto (PIB) foi inviabilizado pela austeridade fiscal a partir de diferentes estratégias desde a década de 1990.

Na década de 1970, o processo de reestruturação produtiva e o novo regime de acumulação flexível (Harvey, 2016) conduziram à constituição do neoliberalismo. A doutrina neoliberal, como política econômica aos Estados nacionais, foi estabelecida por organismos multilaterais, a partir do Consenso de Washington (1989), como prescrição a diferentes países, entre eles o Brasil. As políticas neoliberais, segundo Laval (2019), buscam transformar a educação pública em um bem de capitalização privado.

Nas universidades, o modo de organização do trabalho docente passa a ser "gerido" através da linguagem e das lógicas neoliberais, ou seja, compreende-se a universidade como uma empresa. As condições de trabalho docente são flexibilizadas e precarizadas. Desse modo, a formação universitária se volta tão somente às necessidades do mercado e, assim, distancia-se de uma visão mais ampla de formação crítica e de formação humana.

Os sentidos da extensão vêm sendo disputados na arena político-ideológica e os interesses do mercado podem se expressar em

detrimento do interesse público. Por isso, o financiamento público estatal – adequado e estável – de programas, projetos e ações é fundamental para fortalecer e valorizar o sentido público da extensão e a expressão de interesses da coletividade.

As contradições assinaladas encontram respaldo nas reflexões da ABEPSS, a entidade ressalta que a curricularização da extensão não é negativa, mas no atual contexto: "(...) as forças antidemocráticas podem se beneficiar deste processo para reforçar uma concepção de extensão voltada para os interesses do mercado e não para os princípios que regem a Política Nacional de Extensão" (ABEPSS, 2022, p. 30).

A extensão, portanto, é atravessada por diferentes projetos de educação em disputa. Ela pode ser um espaço de tensionamento do instituído e potencialização do instituinte e se caracteriza como "(...) princípio ético-político, quando articulada organicamente ao ensino e a pesquisa referenciados socialmente às lutas dos trabalhadores e a defesa de uma educação humanizados dos sentidos da vida" (ESS/UFF, 2023).

O sentido que argumentamos para a extensão é popular. Ele é assentado no reconhecimento da luta de classes e nas particularidades socio-políticas da realidade brasileira. Para nós, o componente popular atribuído à educação e a extensão é "(...) exigência ética e política do entrelaçamento dos subalternos com as lutas mais humanizadoras da vida e dos sentidos" (Kropf, Adriano & Silva, 2026, p.5).

Os elementos acima sintetizam alguns desafios e reforçam a compreensão da extensão para além do seu caráter meramente de política institucional. Assim, buscamos apresentar os nossos aprendizados nesse espaço

que foi produtor de conhecimento sobre extensão, educação pública, cultura e Serviço Social. Vislumbramos a extensão como um espaço potencial da crítica aos saberes e estruturas rígidas da própria universidade e da sociabilidade vigente.

O desvelamento do mundo e as mudanças nos modos de olhar se expressaram no Círculo de Cultura (estratégia para a curricularização da extensão), que trataremos na próxima seção. Entendemos que o espaço do Círculo de Cultura contribui para a formação profissional crítica, orientada pelo projeto ético-político do Serviço Social, e ratifica os princípios do Projeto Político Pedagógico e da Política de Extensão da Escola de Serviço Social da UFF.

3. O CÍRCULO DE CULTURA COMO UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A convergência entre a necessidade de curricularizar e o sentido crítico da extensão, desembocou no Círculo de Cultura que foi uma estratégia para curricularização da extensão no curso de graduação de Serviço Social da UFF, ou seja, torná-la componente curricular obrigatório. A nomeação Círculo de Cultura tem inspiração freiriana e busca ser um espaço de aproximação crítica ao debate da extensão e as práticas extensionistas realizadas na ESS/UFF.

Essa atividade curricular, o círculo, têm os seguintes objetivos: i) introduzir a temática da curricularização da extensão; ii) problematizar os sentidos da extensão e da educação popular; iii) produzir um entendimento sobre a orientação político-pedagógica da extensão presente na Política de Extensão da ESS/UFF; e, iv) apresentar e inserir as estudantes em projetos de extensão. Essa atividade credita

ao estudante 45h de extensão, entre encontros e atividades práticas em diferentes projetos da ESS/UFF.

A educação popular e as experiências realizadas e descritas por Freire (2019, 2024) orientaram a construção dos encontros realizados no círculo de cultura. E, realizamos modificações e adequações ao contexto institucional e universitário. A atividade foi realizada nas dependências da universidade, usamos o espaço físico das salas de aula. O espaço foi organizado no formato "roda" e isso foi fundamental para estabelecer um vínculo entre os participantes e diminuir a relação de hierarquia entre os participantes (docente-discente). Esse formato possibilitou a "tomada da palavra" (Brandão, 2012) por parte dos integrantes do grupo.

Para atender aos objetivos do Círculo de Cultura, o número máximo de participantes foi estabelecido em 30. A atividade foi ofertada em dois turnos (vespertino e noturno) às sextas feiras. No noturno havia mais participantes que durante a tarde (10 e 25, respectivamente). Era necessário realizar uma "inscrição prévia" no início do período letivo que ajuda a identificar o perfil do grupo e a organizar o desenvolvimento da atividade.

O diálogo foi utilizado como estratégia metodológica para a construção do espaço. No planejamento inicial, na primeira oferta, realizamos 8 encontros com duração média de 2 a 3 horas. Na segunda oferta, após avaliação, reduzimos dois encontros. Cada encontro possuía uma temática geral, a qual eram adicionadas problematizações pertinentes ao grupo que foram sendo identificadas pelos mediadores durante os encontros. Isso buscava valorizar o conhecimento de mundo, a linguagem e a realidade cultural e social dos participantes. O mediador era um docente

do curso de graduação. As temáticas gerais foram: Universidade; Extensão; Educação Popular e Serviço Social. O Quadro 1 apresenta a matriz utilizada para as atividades.

Quadro 1. Matriz de atividade dos encontros do círculo de cultura

MOMENTOS	RECURSOS	DINÂMICA
Acolhida (20 minutos)	Texto (escrito, oral, audiovisual) para introdução.	
Tematização (20 minutos)	Questão geradora.	
Problematização (40 minutos)	Texto base/material indicado previamente.	
Síntese (30 minutos)	Construção de perguntas.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A construção dos encontros a partir dessa matriz contribuiu para organização das atividades dos mediadores (professores) junto aos participantes (estudantes). Ela serviu como um guia orientador que deu sentido à reflexão dos objetos abordados. Ante a uma possível rigidez, tanto do conteúdo, quanto da forma, a matriz possibilitou a sistematização e a criatividade. Como exercício pedagógico, ao final dos encontros, os participantes eram apresentados à matriz e encorajados a construir uma proposta de "encontro" para o círculo de cultura, a exemplo do que foi vivenciado durante o período de participação.

A proposta se alinha a uma metodologia horizontal na produção do saber e, em contraste à ideia corrente de horizontalidade como falta de rigor, argumentamos que esse processo exige responsabilidade e criticidade. Por parte do mediador, na sensibilidade crítico-reflexiva, na produção de material adequado ao grupo e na organização dos encontros. Por parte dos

participantes, no compartilhamento com o grupo, na produção coletiva do saber e no implicar-se crítico. Em vista disso, a responsabilidade, então, é compartilhada entre mediador e facilitador do encontro a partir do diálogo e da participação ativa de todos os sujeitos, assim como nos ensina Freire (1996).

4. EXPERIÊNCIAS DO CÍRCULO DE CULTURA PARA A PRÁTICA DA EXTENSÃO: DESNATURALIZANDO OS MODOS DE VER

O que é educação popular? Essa foi a primeira pergunta que nos deparamos no processo de construção do Círculo de Cultura. Encorajamos que o leitor revise conceitos e categorias que são tidas como consolidadas no conhecimento pessoal, profissional e acadêmico. Esse foi nosso primeiro passo metodológico. A repetição, por vezes, nos leva a naturalizar os fenômenos que conhecemos e estamos acostumados a trabalhar.

Para responder à pergunta que abre essa se-

ção, como professores e pesquisadores, nos debruçamos em livros, textos e artefatos culturais produzidos pelo conhecimento humano. O (re)conhecer a educação popular pela mediação de textos refrata parte significativa da sua potencialidade. Educação popular é práxis. A completude do aprendizado sobre nossa indagação foi tornando-se mais completa ao final do percurso do Círculo de Cultura, pois foi se realizando enquanto prática. Por isso, narramos nosso percurso como forma de compartilhar os saberes construídos.

A primeira grande dificuldade que tivemos no início dos encontros foi a prática dialógica. Isso é efeito da forma de organização da educação dentro desta sociabilidade que inibe o diálogo e continua reproduzindo uma prática “bancária” na educação (Freire, 2019). Mesmo com a apresentação da metodologia e o uso de diferentes linguagens para promover um ambiente mais dialógico, a participação era reduzida. Os participantes mais “destemidos”, eventualmente, teciam breves comentários.

O Círculo de Cultura, como abordamos, ainda que buscando promover o dialogismo, tem uma natureza institucional de componente curricular obrigatório. Essa natureza de obrigatoriedade pode promover a visão de que esse espaço é mais uma “disciplina” e isso pode impactar na participação ativa do grupo. Com efeito, a característica curricular representa um limite a participação implicada e as possibilidades coletivas que podem se restringir a apenas esse espaço, já que os grupos são descontínuos (após os 6 encontros,

cumprido os requisitos, o grupo se dissolve e os participantes, discentes, se inserem em projetos de extensão).

A ruptura no silêncio foi construída durante os encontros e nas atividades finais a participação era mais qualitativa. Dois elementos que observamos como motivos da dificuldade para o diálogo foram problematizados: i) o erro, entendido como demérito individual e que pode ser punido pelo professor, e; ii) o espaço institucional hierarquizado, as diferentes restrições existentes em uma sala de aula, como cadeiras sempre viradas para a frente e o enfoque no docente², que possui, simbolicamente e socialmente, o monopólio da palavra.

O trabalho com o silêncio foi importante nesse contexto de timidez e medo do diálogo. O silêncio pode ser pensado como “(...) a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. É o silêncio como horizonte, como iminência de sentido. (...)” (Orlandi, 2015, p.81). Nesse contexto, o silêncio do mediador à espera da fala dos participantes inquieta o grupo e desestabiliza o lugar instituído da fala. Usamos o silêncio como um recurso para a resposta dos participantes, mas também como um produtor de reflexões mais profundas em momentos de descoberta e conscientização crítica.

A organização em roda contribuiu para uma mudança de perspectiva na hierarquia e promoveu uma melhor distribuição da fala. No âmbito espacial, horizontalizamos as relações, sentados todos em roda, e a ideia de

2 Nas dependências da ESS/UFF, a organização do espaço físico, as salas de aula, promove uma diferença de altura entre docentes e discentes. O professor fica sobre um tablado de maneira (palco) na frente da sala. Os alunos ficam sentados com as cadeiras enfileiradas em sua direção. Essa é uma organização muito comum no ambiente educacional brasileiro e, sobretudo, no contexto universitário.

certo/errado foi sendo desconstruída coletivamente durante os encontros.

Os recursos utilizados (textos literários, músicas, material audiovisual) no início do en-

contro, o momento da Acolhida (Quadro 2), contribuíram para “quebrar o gelo” e promover o debate. Problematicamos como as formas de organização – espacial e simbólica – promoviam, ou não, o diálogo.

Quadro 2. Matriz do 2º encontro do Círculo de Cultura, realizado no segundo semestre de 2024

MOMENTOS	RECURSOS	DINÂMICA
Acolhida (20 minutos)	Texto/Poema: A morte do leiteiro (Carlos Drummond Andrade)	Distribuição e Leitura coletiva do poema. Pergunta: O que mais chamou a atenção no poema?
Tematização (20 minutos)	Questão geradora: O que estamos deixando à beira dos espaços que não paramos para compreender? (pergunta baseada no poema) ³	Sistematização das respostas no quadro branco.
Problematização (40 minutos)	Material: Brandão, Carlos Rodrigues. O que é educação popular . São Paulo: Brasiliense, 2012. Freire, Paulo. Educação e Mudança . 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2023.	Problematizar os seguintes elementos: • Educação como práxis humana; • Espaços sociais para educação (escola, família, igreja) • O que é educação popular? • Movimentos sociais e educação popular;
Síntese (30 minutos)	Pergunta: Quem é a classe trabalhadora? Quem são os trabalhadores do Brasil? Recursos materiais: revistas, tesouras, colas, canetas, cartolina.	Construção de uma “Cartografia da classe trabalhadora”. Produzir coletivamente uma imagem que represente os trabalhadores do Brasil.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A pergunta que inicia essa seção aparece em diversos encontros na forma de ambiguidade do termo, hesitação ou dúvida do próprio sentido tacitamente estabelecido pelo conceito de educação popular. Fomos constituindo o exercício filosófico do questionamento, da dúvida. A educação vigente, ainda enredada em um “bancaísmo” (Freire, 2019), foi

problematizada e buscamos enxergar novas possibilidades, outros modos de educar, ser e estar no mundo.

As respostas iniciais estabeleciam um sentido negativo ou pejorativo para a palavra popular. A educação popular, nessa visão, seria uma educação não escolarizada, assis-

³ No poema, da força poética despertada pelo trecho: “(...) E já que tem pressa, o corpo/vai deixando à beira das casas/uma apenas mercadoria (...)” (Andrade, 2012, p.84), produzimos um questionamento que pudesse abrir uma problematização mais ampla e que fornecesse caminhos para nossas reflexões sobre educação popular.

temática; por isso, seria disposta hierarquicamente em um estrato inferior ao da educação formal. Nessa primeira aproximação, os sentidos do senso comum estabeleceram que educação popular seria uma educação das e para as pessoas que não puderam ter acesso à educação formal.

Os sentidos da educação popular estão em disputa. Indagamos a negatividade atribuída à palavra popular e qual seria a distância entre educação popular e educação superior (e se existiria, como seria). Esses eixos iniciaram a problematização (Quadro 2) sobre a educação, no geral, e as formas de conhecimento construídos socialmente.

Para fins didáticos, estabelecemos uma divisão entre duas dimensões da educação da forma como reconhecemos, a educação como: política social e prática social. Na primeira, educação enquanto política social, está inserida na forma como percebemos a educação como direito, dentro dos marcos da sociedade capitalista, ou seja, sua forma institucionalizada e escolarizada. Mesmo que seja necessária essa problematização, nosso enfoque é na educação enquanto prática social.

A educação como prática social, para nós, é compreender a educação como formação humana socialmente construída. Esse modo de compreender a educação amplia o olhar sócio-histórico para como os seres humanos ensinam-aprendem durante a história e como os saberes (sociais e coletivos) tornaram-se aprisionados em instituições em determinados momentos históricos (Brandão, 2006). Portanto, se todos possuem saberes em potencial, por que demarcamos espaços para aprender-ensinar em que só uma pessoa ensina e outra aprende?

A produção de respostas à indagação anterior

teve origem em experiências sociais. Os saberes que são circunscritos a alcunha de popular são práticas sociais e não são dicotômicos a outros saberes, mas complementares. As reflexões construídas no Círculo de Cultura, semanalmente, faziam com que no encontro posterior os exemplos se multiplicassem. O olhar para a realidade social se modificava e a análise do contexto extrauniversitário era trazida como material à problematização.

Para além do caráter empírico, aprofundamos a problematização atrelada aos fundamentos da construção sócio-histórica brasileira e a sociabilidade capitalista. Estimulamos a articulação com os conhecimentos apreendidos nas disciplinas do curso de Serviço Social. A retórica liberal que rechaça a educação popular enquanto espaço de construção de saberes, expressa no discurso que circula no senso comum, foi problematizada e criticada na sua essência.

A mediação entre a educação como prática social e política social forneceu subsídios para uma síntese dialética que desvelou o senso-comum e aprofundou a crítica ao sentido atribuído à educação popular no senso comum. E, assim, foi se constituindo o processo de conscientização crítica (Freire, 2023). Em vista disso, o “popular” da educação popular foi constituindo um novo sentido atrelado a dimensão de classe social e a luta coletiva de uma classe.

A proposta de atividade final, a construção de uma cartografia dos trabalhadores do Brasil, no momento de síntese (Quadro 2), ficaria exposta dentro da sala de aula em que o encontro havia sido realizado. Todavia, os mediadores foram interpelados pelos participantes (discentes) que queriam compartilhar o fruto do trabalho final em outros espaços da universidade para além do espaço fecha-

do da sala. As paredes, corredores e murais foram exemplos de espaços disponíveis que os participantes trouxeram, com a justificativa de socialização com outros sujeitos que circulam no prédio.

Por restrições administrativas e acadêmicas, dialogamos sobre a não autorização para tal intervenção e a necessidade de autorização e trâmites burocráticos. Exercitando o que buscamos criticar nos encontros do círculo, os mediadores foram questionados pelos participantes sobre o posicionamento de restrição e as contradições que isso representava. Os conhecimentos produzidos no Círculo e Cultura tinham a centralidade na socialização e na construção de uma nova forma de educação extramuros, restringir o compartilhamento representava o fechamento e a interdição que é própria do modelo de educação que rege na sociedade capitalista.

Ao final, após diálogos entre os participantes, mediadores e coordenação, pactuamos a socialização do material produzido em um mural destinado a extensão (Figura 1). Esse momento de contestação à autoridade expressou a afirmação dos saberes construídos coletivamente durante os encontros do Círculo de Cultura. Isso nos apresentou contradições da própria realidade universitária que expressam limites com a experiência no âmbito institucionalizado. Durante os encontros, criticamos o aprisionamento do saber e defendemos uma educação coletiva e popular, e, contraditoriamente, o que produzimos dentro do círculo está circunscrito a um grupo e “aprisionado” nos muros da universidade. Mas, esse tensionamento já expressa a conscientização e sua radicalização pode potencializar a “rachadura dos muros universitários” com a afirmação de uma educação popular.

As estratégias mobilizadas para o momento

de Síntese foram diferentes em cada encontro, buscando adequação temática às diferentes linguagens. Citamos três: i) leitura e dramatização de um trecho da “Ópera dos Vivos”; ii) produção escrita de um texto do gênero carta, endereçadas a um familiar e/ou cidadão, com o objetivo de contar sobre os aprendizados do círculo ou refletir sobre a educação brasileira (essa atividade mobilizou muito o afeto, com escrita pessoal e reflexões literárias muito criativas); iii) colagens nas formas de cartografia social sobre representações temáticas (por exemplo: trabalhadores do Brasil, educação popular) (Figura 2).

A mudança nas dinâmicas finais retirava os participantes do lugar-comum e da inércia, mobilizando o corpo, a arte, a criatividade e o diálogo. Isso produzia efeitos coletivos que eram expressos nos artefatos produzidos ao final na forma de materiais textuais, imagéticos ou artísticos.

Figura 1. Mural destinado a socialização das atividades do Círculo de Cultura, ESS/UFF-Niterói



Fonte: Acervo pessoal (2024).

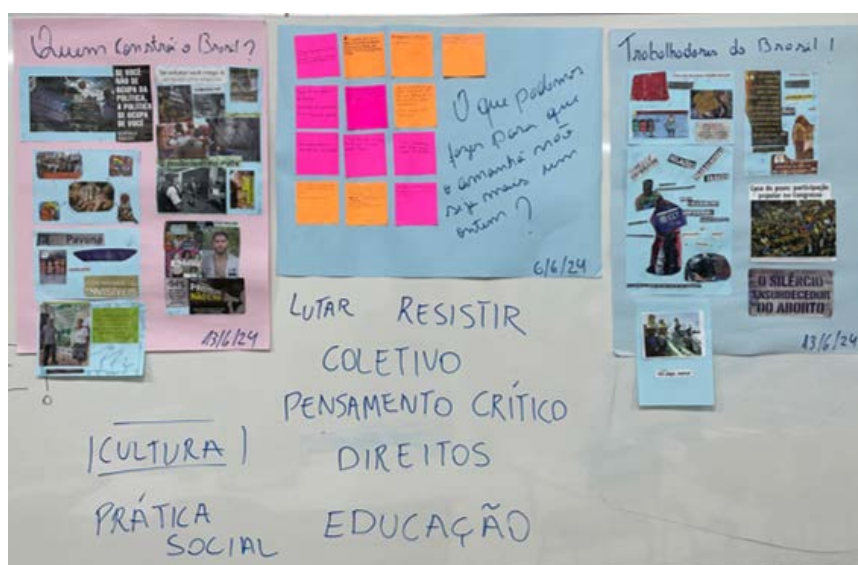
Uma aprendizagem significativa que modificou as formas de ver, sendo apontada pelos participantes nos relatos da avaliação final, partiu de uma problematização trazida pelo mediador sobre a escolarização formal na discussão sobre educação popular. Mobilizar referentes mais próximos dos participantes é um dos pressupostos das propostas da educação popular, por isso, buscamos referências socioculturais contemporâneas dos contextos de vida dos participantes e das vivências compartilhadas.

O mediador, autor deste texto, trouxe uma indagação relacionada à vivência pessoal: O que é socialmente valorizado dentro dessa sociedade? Na educação, o maior grau é o Doutorado Acadêmico. Esse título nos atribui um determinado reconhecimento social, simbólico e financeiro. Essas credenciais educacionais outorgadas a mim por instituições de ensino me autorizam a exercer determinadas atividades dentro dessa sociedade – atividades educacionais e científicas – que são prestigiadas socialmente. Alguns familiares próximos são pessoas com baixa instrução formal (pouca escolaridade) e, segun-

do a racionalidade vigente, possuem "valor" menor para esse sistema. Mas, ao contrário, eles sabem trabalhar com a terra, no campo, plantar e colher. Além disso, sem diplomas e conhecimento acadêmico, sabem como levantar uma casa. Afinal, quem é valorizado? O que é valorizado? Qual é a nossa atribuição de valor enquanto sociedade? Qual o verdadeiro significado de conhecimento e educação que temos? Educação é apenas formal? Qual o sentido de ensinar-aprender?

O debate proporcionado por essas questões, além de problematizar e relativizar as formas socialmente construídas e validadas do saber, promoveu reconhecimento com outras realidades a partir da reflexão de que todos possuem conhecimento. Esse momento modificou o modo de olhar para o conhecimento, considerando que há diferentes formas de saber e que a hierarquia vigente acompanha formas de poder e controle, bem como o posicionamento perante a fala durante os encontros (as intervenções dos participantes do círculo se ampliaram, pois reconheciam que assim como todos, eles também possuíam saberes).

Figura 2. Atividade construída na *Síntese do Círculo de Cultura*, com a temática "Trabalhadores do Brasil", ESS/UFF-Niterói



Fonte: Acervo pessoal (2024).

O calendário foi organizado de maneira que antes do último encontro os participantes construíssem interlocução com os diferentes projetos de extensão que ocorrem na ESS/UFF. Entre as atividades de encerramento, uma consistiu em visitar um projeto de extensão em andamento. Os participantes escolhiam um projeto de extensão pela afinidade temática e realizavam uma visita para conhecer os objetivos e as atividades desenvolvidas. Essa atividade mobilizava a autonomia e a capacidade crítico-reflexiva. A interlocução com os projetos de extensão trouxe riqueza ao último encontro, no qual socializávamos nossas percepções e as familiaridades e/ou diferença sobre o que havíamos produzido enquanto grupo durante os encontros.

No encontro de encerramento, construímos uma síntese sobre os conhecimentos que foram apreendidos na visita ao projeto de extensão. O relato tinha como objetivo promover a reflexão, considerando os diálogos ocorridos durante o círculo, e produzir uma proposta de atividade temática aos moldes da nossa matriz dos encontros (Quadro 2). Essa atividade temática seguia a matriz trabalhada, mas com o enfoque escolhido pelo participante. Encorajamos que a produção fosse relativa ao projeto de extensão visitado. Nesse momento o participante tornava-se mediador de uma atividade construída por ele, invertendo a relação educador-educando.

No momento final, as atividades foram socializadas e debatidas com comentários coletivos dos mediadores e participantes. Em seguida, concluiu-se perante um trabalho de avaliação crítica sobre o processo construído durante os encontros do Círculo de Cultura. Encerrando, dialogamos sobre i) aprendizagens significativas; ii) dificuldades; iii) possibilidades para as próximas turmas.

CONCLUSÃO

O Círculo de Cultura, estratégia à curricularização da extensão na ESS/UFF, foi construído por diferentes atores sociais de participação indispensável, desde a formulação à prática. Este relato de experiência é uma síntese da nossa participação/mediação/observação nos três primeiros grupos/turmas do Círculo de Cultura, ocorridos entre 2024 e 2025. As atividades continuam ocorrendo desde então. Ao final das atividades de cada grupo foi construída uma avaliação sobre o processo. Elas apontavam que o círculo trouxe uma mudança no modo de olhar, tanto para a extensão, quanto para a educação. Além disso, possibilitou uma ruptura com o instituído e um olhar em perspectiva para a possibilidade do instituinte, do vir a ser.

A extensão, nos últimos anos, ganhou maior espaço na educação superior e nas políticas institucionais; a institucionalização, mediante curricularização, reafirma isso. Todavia, os esforços empregados à operacionalização, muitas vezes, estão aquém do necessário para a consolidação efetiva. O investimento no orçamento dos projetos, ações e atividades extensionistas não acompanha o reconhecimento da sua importância. Corroboramos os desafios apresentados pela ABEPSS (2022) entre eles as condições de trabalho docente, a situação dos estudantes trabalhadores e a importância de um financiamento adequado.

Para além da curricularização, reconhecer a importância da extensão significa: fortalecer o investimento em infraestrutura física e material das universidades e seus projetos, ampliar o quadro de servidores da instituição a partir de concursos públicos para docentes e técnicos, consolidar uma política de financiamento aos projetos com a ampliação do número de bolsas e que sejam adequadas com a

realidade dos estudantes extensionistas.

Os aspectos que estruturam a política de extensão têm estreita relação com a configuração da orientação ético-política forjada na criticidade. As diretrizes para as ações da Extensão Universitária, segundo o Fórum de Pró-reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira (FORPROEX, 2012, p.29), são: “(...) [1] interação dialógica; [2] interdisciplinaridade e interprofissionalidade; [3] indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; [4] impacto na formação do estudante, e; [5] impacto e transformação social (...)”. O diálogo e a transformação social aparecem como orientações (princípios) para o desenvolvimento das ações. Isso retoma nosso diálogo com Freire (1983; 2019) e argumentamos que a concepção de educação também precisa ser questionada, dando espaço a uma educação como prática da liberdade que, segundo Freire (2019, p.98): “(...) implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a

negação do mundo como uma realidade ausente dos homens”.

Este texto é polifônico e expressa os acúmulos do debate sobre extensão. Os atores implicados convergiram na produção de uma prática extensionista comprometida com a educação popular e crítica. Ainda, reconhecem a possibilidade do caráter emancipador da educação. Assim, estão implicados com a universidade pública, gratuita, laica, socialmente referenciada e popular e, por isso, com o princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

A tomada da palavra implica, ao mesmo tempo, um processo de tomada de consciência (Freire, 2024), já que a possibilidade de tomar a palavra é a própria abertura ao diálogo. O texto buscou descrever uma experiência prática na curricularização da extensão, como efeito, ensejamos que ele possa ensinar a transgredir, assim como aprendemos e ensinamos com Bell Hooks (2020).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. ABEPSS. **Curricularização da extensão e Serviço Social**. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/curricularizacao-da-extensao-e-servico-social_final-202301261913054487670.pdf Acesso em: 01 jun. 2025.

BELL, hooks. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. **Lei**

8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em: 21 maio 2026.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2026.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 57 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 67 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 26 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

KROPF, Paula dos Santos; ADRIANO, Ana Lúvia; SILVA, Robson Roberto da. Extensão popular e curricularização: interlocuções teóricas e políticas. **UFF & Sociedade**. [S. l.], v.5, n.7, p. 1-13 e050712, 2026. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/uffsociedade/article/view/69730> Acesso em: 20 abr. 2026.

LAVAL, Cristian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEHER, R.; SARDINHA, R. Vinculação constitucional de verbas para a educação pública, depleção do fundo público e austeridade. **Educação & Sociedade**, v. 45, p. e286586, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dJGGDWpwvwtwsnnyVCNK9QZz/?lang=pt> Acesso em: 17 abr. 2026.

MORAES, C. S. V. *et al.* Educação pública no atual cenário sócio-político e econômico brasileiro. **Educação & Sociedade**, v. 45, p. e283572, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/DMXnyjcQwbVVLgJfjKhNwfQ/?lang=pt> Acesso em: 17 abr. 2026.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12 ed. Pontes Editora: Campinas, SP, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Escola de Serviço Social. ESS/UFF. **Projeto Pedagógico de Curso**. Niterói, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Escola de Serviço Social. ESS/UFF. **Referências teórico-políticas para o debate sobre a curricularização da extensão na escola de Serviço Social da UFF-Niterói**. Niterói, 2023.

Recebido em: 27/06/2025

Revisado em: 14/04/2026

Aprovado em: 22/05/2026